



26 de Fevereiro de 2015

EM DIA

A VIAGEM REDONDA



PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e
Relações Internacionais da UFRGS

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da mudança do orçamento federal de autorizativo para impositivo significa, na prática, que o Executivo é obrigado a repassar as verbas orçadas a cada parlamentar, a quem dará a elas o destino que lhes aprovar. Nada mais incoerente em tempos de corte de despesas. Além disso, explícita a contradição da maioria conservadora da nova legislatura, que clama por austeridade e, na primeira oportunidade, vale-se da lei para garantir benefícios próprios.

É impressionante que o avanço da democracia das últimas décadas não esmoreceu práticas nefastas

O orçamento impositivo choça-se com a institucionalidade do presidencialismo brasileiro, multipartidário e fragmentado. Pela regra do jogo, cabe ao Executivo a responsabilidade da condução da política econômica e, portanto, suas consequências. Cabe a ele a definição dos preços essenciais (como taxa de juro, câmbio e tarifas públicas),

mas, em contrapartida, também o custo político, como inflação e desequilíbrio das contas públicas. Assim, como nesta semana se manifestou o presidente da Câmara ao tratar das aposentadorias e pensões, esses são “problemas” do Executivo (quando se entende que deveriam ser do país). O Legislativo, por conseguinte, pode saborear o direito de gastar dinheiro público sem se responsabilizar por suas consequências.

É impressionante que o avanço da democracia das últimas décadas não esmoreceu práticas nefastas internalizadas na formação histórica brasileira, reiteradamente apontadas por seus principais intérpretes. É o “brasileiro cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, ao consagrar, na lei, a informalidade na distribuição de verbas públicas, sem qualquer planejamento ou racionalidade, a não ser atender currais eleitorais e grupos específicos. É o estamento burocrático, de Raymundo Faoro, dispondo da verba pública como se privada fosse, legalizando não a impessoalidade dos direitos, mas o particularismo e o ganho imediato. Vale a metáfora da “viagem redonda”: o tempo passa, mas nos percebemos no mesmo lugar.